

SOCIOLOGIA E HISTÓRIA: UMA HISTORIOGRAFIA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

SOCIOLOGY AND HISTORY: A HISTORIOGRAPHY OF SOUTH EPISTEMOLOGIES

SOCIOLOGÍA E HISTORIA: UNA HISTORIOGRAFÍA DE LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR

Arthur Harder Reis¹

RESUMO

Objetivo no presente ensaio pensar a historiografia a partir das considerações de Sousa Santos e as epistemologias do Sul, em que o conhecimento está sujeito aos interesses do presente em transformar a (des)ordem social em que vivemos. Para tanto, recorro ao conceito de passado prático discutido por Hayden White, como aporte historiográfico, e de outros autores do giro decolonial. A História, por muito tempo supostamente científica e neutra, pode desempenhar um papel importante para transformar o mundo em que vivemos, na medida em que busca a produção do conhecimento orientado por demandas de grupos oprimidos hodiernamente, no uso do passado prático descolonizado.

Palavras-chave: Epistemologias do Sul. Historiografia. Passado Prático.

ABSTRACT

I aim in this essay to think historiography from Sousa Santos considerations and South epistemologies, in which knowledge is subjected to current interests in transforming the social (dis)order in which we live. For such, I resort to the concept of practical past discussed by Hayden White, As a historiographical contribution, and other authors of the decolonial gyros. The History, for a long time supposedly scientific and neutral, can play an important role transforming the world in which we live, to the extent that it seeks the production of knowledge driven by demands of today's oppressed groups, in the use of the decolonial practical past.

Key words: Epistemologies of the South. Historiography. Practical Past.

RESUMEN

Objetivo en este ensayo pensar la historiografía, a partir de las consideraciones de Sousa Santos, y las epistemologías del Sur, en las cuales el conocimiento está sujeto a los intereses del presente en la transformación del orden social en el que vivimos. Para ello, utilizo el concepto del pasado práctico discutido por Hayden White, como aportación historiográfica, y otros autores del gyros decolonial. La historia, desde hace tiempo supuestamente científica y neutra, puede desempeñar un papel importante en la transformación del mundo en que vivimos, ya que busca la producción de conocimiento impulsada por las demandas de los grupos oprimidos de hoy, en el uso del pasado práctico descolonizado.

Palabras-clave: Epistemologias del Sur. Historiografía. Pasado práctico.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio se divide em três seções: para além desta introdução e considerações finais, a primeira constitui uma breve nota sobre a História e a disciplinarização do passado, em seguida a partir da *sociedade do cansaço* busca-se demonstrar a importância de novas epistemologias para pensar outras realidades possíveis, que não aquelas produzidas pela crítica eurocêntrica e, por fim, caminhos que possam contribuir para uma renovação epistemológica historiográfica, a partir da descolonização do conhecimento.

Nesta esteira, Ávila (2018a) aponta que a teoria da história pode, ao seu modo evidentemente, contribuir para pensar o presente em tempos de exceção. Portanto, a partir de contribuições historiográficas podemos (re)pensar novos caminhos à modernidade, e a um passo além de Ávila, defende-se neste ensaio a necessidade de uma profunda transformação epistemológica da historiografia, a fim de não contribuir à manutenção de *epistemícidios* (SANTOS, 2019) e compreender a marca colonial que está, assim como na ciência em geral, presente na produção do conhecimento historiográfico (QUÍJANO, 2010; MALDONADO-TORRES, 2010; GROSGOUEL, 2010; SANTOS, 2010). O objetivo geral é apontar que: a) a história pode contribuir para reflexões críticas sobre o presente e não ser um mero “retrato” do passado que nada pode dizer sobre o hoje; e, apenas a título de menção que poderia constituir uma discussão mais ampla: b) não obstante, especificar no caso brasileiro que essa mirada ao passado deve-se atentar para que este passado seja aquele criado a partir do Brasil.

2. NOTAS SOBRE O PASSADO PRÁTICO E O PASSADO HISTÓRICO

Encontrar uma definição unívoca sobre a função da História é improvável, pode-se pensar em diversas finalidades ou objetivos de seu uso ou papéis desempenhados na sociedade. Comumente, é dado encontrar que a história existe por si mesma, como curiosidade do passado, ou então algo próximo com a acepção de História enquanto *historia magistra vitae*, responsável por ensinar o presente, desinteressadamente, por meio dos

² Trecho retirado de *Elogio da Dialética*, Bertolt Brecht. Consultado em: <<https://redelp.net/revistas/index.php/poe/article/view/08brecht05>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

estudos do passado³. Contudo, se a História, em termos de finalidade ou papel é ampla e variada, não devemos subestimar os usos e atribuições destinadas ao passado histórico, este criado, disciplinarizado e sujeito às regras e condutas específicas, o passado que aparentemente é neutro e sem nenhum interesse prático ao presente (ÁVILA, 2018b). O passado criado pela historiografia no momento de sua legitimação enquanto ciência no século XIX pode ser entendido do seguinte modo:

Por fim, o passado histórico era um passado construído por historiadores. Ele existia somente em livros e ensaios acadêmicos. Sua autenticidade – ainda que não sua realidade – era garantida por outros historiadores profissionais que aderiam às convenções da guilda sobre o manejo da evidência e a investigação de documentos e que possuíam a autoridade para determinar o que era ou não era uma história legítima. (WHITE, 2018, p. 16-7)⁴.

Sem mencionar críticas ao passado histórico e suas relações com o positivismo, o utilitarismo e seu uso enquanto justificativa para “processos civilizatórios”, faz-se pertinente aos objetivos que aqui proponho, este seu ponto débil:

Não é de se estranhar, de acordo com o historiador, que tais “eventos holocaustais” coloquem desafios imensos à atividade historiográfica convencional, na medida em que seus modos habituais de pesquisa e re-presentação não seriam adequados para a compreensão do escopo destes acontecimentos. Por sua reificação do estudo do passado como um fim em si mesmo, a historiografia disciplinada não estaria preparada para lidar com os espectros de catástrofes pretéritas e presentes, muito menos em auxiliar os seres humanos a romper com seus legados, já que lhes fornecia imaginações muito limitadas não só sobre o passado, mas sobre a atualidade e o porvir. Ao invés, portanto, de “fornecer perspectivas” que pudessem contribuir para a “solução dos problemas” específicos de um dado momento histórico, a disciplina funcionava como um “obstrucionismo insensato” em relação ao mundo - uma “necrofilia cultural”, no julgamento de White. (ÁVILA, 2018a, p. 28-9).

Noutro lado, há o passado prático, em que o passado e o presente estão interligados, o sentido se dá a partir de sua “praticidade”, seu valor para pensarmos o presente:

Nos termos de White, isto significa, portanto, não reduzir a vida àquilo que os poderes dominantes exijam que ela seja; no caso do contexto contemporâneo,

³ “A famosa ‘história como ensino de filosofia, por exemplo’, a ‘historia magistra vitae’ da cultura europeia do século XIX, foi a mesma história que os historiadores profissionais intermediaram como um passado estudado em si mesmo e em seus próprios termos, *sine ira et studio*. Mas essa aparente duplicidade por parte dos historiadores profissionais estava totalmente em consonância com a ideologia da ciência contemporânea, que via as ciências naturais como sendo nada senão ‘desinteressadas’ e ‘práticas’ ou socialmente benéficas ao mesmo tempo”. (WHITE, 2018, p. 17).

⁴ Ou seja, “este passado disciplinado, portanto, corresponde àquilo que, mais recentemente, White vem chamando de ‘passado histórico’, isto é, aquele criado pela historiografia profissional e cuja finalidade mais imediata seria o estabelecimento de ‘verdades factuais’ empiricamente verificáveis sobre o que aconteceu no tempo antes de agora”. (ÁVILA, 2018a, p. 39).

podemos pensar, por exemplo, nas já citadas exigências neoliberais para que sejamos somente corpos dispostos ao sacrifício constante ou nos continuados processos de subalternização que visam impor certos lugares permanentes a certas pessoas. Se é óbvio que nós somos resultados de passados que não escolhemos, cuja materialidade e facticidade continuam a definir nossas existências, isso não implica necessariamente que devamos aceitar que eles continuem a determinar nossas vidas ou aprisionar-nos em posições perenes e imutáveis – uma espécie de fatalismo que, em última instância, só ajudaria na reprodução das estruturas históricas de dominação e opressão ou na alimentação de um niilismo político paralisante. É exatamente por causa disto que, para White, mais importante do que conhecer determinado acontecimento, evento ou processo passado é tentar estabelecer seu sentido para o presente, para que, enfim, possamos responder a velha indagação kantiana (ou leninista...) “o que fazer?” – o que fazer com pretéritos que fomos obrigados a herdar por circunstâncias que não escolhemos, justamente para que possamos conceber os futuros em que gostaríamos de viver. (ÁVILA, 2018a, p. 29)⁵.

Uma vez realizada a distinção, de modo conciso, entre passado prático e passado histórico, podemos questionar o papel da História no Brasil contemporâneo. A história “disciplinarizada” pressupõe, por excelência, um processo intelectual, cognitivo de apreensão do passado em conformidade com certas regras ou objetivos – embora estes, por vezes, queiram se fazer invisíveis ou irrelevantes. Portanto, ao tratar das funções da História, “disciplinarizada” estamos, necessariamente, tocando um passado “construído”, por conseguinte, não inocente, ou que possua significado tão somente *a posteriori*, a “História” é um significado do passado *a priori*.

Proponho neste texto, seguindo a trilha de pensamento supracitada, que a História, no cenário do Brasil contemporâneo, ou do ocidente em geral, não é algo natural. É algo criado. A História não existe por si. Portanto, passível de utilizações que são, inevitavelmente, congruentes àqueles que as “constrói”. Ressalto o caráter poético - no sentido de criação - (RÜSEN, 2016), pois, determinados grupos políticos, dentro do cenário nacional, afirmam que a História (que eles defendem) é neutra e correta, uma mimesis, para usar o termo de Ranke, perfeita do que ocorreu, enquanto aquela que discordam é puramente ideológica⁶.

⁵ “Tudo isso em contraste com o ‘passado prático’ que é estabelecido a serviço do ‘presente’, é relacionado com este presente de um modo prático e do qual, então, podemos retirar lições e aplicá-las ao presente, para antecipar o futuro (ou, pelo menos, o futuro próximo) e fornecer razões, se não justificação, para as ações nele tomadas em nome de um futuro melhor do que a atual dispensação”. (WHITE, 2018, p. 17).

⁶ Grupos estes que Ávila (2018a, 2019) engloba dentro de uma razão neoconservadora: “Concomitantemente a isso tudo, também observamos a ascensão de uma ‘razão neoconservadora’ que, se não pode ser confundida com as racionalidades neoliberais, as complementa e legitima, estimulando um ambiente de paranoia política, geralmente baseada em delírios conspiratórios, fundamentalismo religioso, anti-intelectualismo e negacionismos de ordens variadas”. (2018a, p. 25).

Desviando de qualquer intenção de neutralidade⁷, que não deve se confundir com bases éticas, metodológicas e factuais - pensando na continuação de certos traços “científicos” - proponho que a História no Brasil contemporâneo exerça duas funções principais. Ambas, porém, genéricas na medida em que concomitantemente se adequam ao cenário brasileiro, também o fazem aos, sobretudo, países não desenvolvidos subjugados pelos ditames neoliberais⁸. Ambos os papéis listados a seguir têm por base a ideia de “passado prático”⁹. O primeiro está relacionado com a análise de Byung-Chul Han e a concepção de que vivemos em uma *sociedade do cansaço*. Já a segunda está calcada na sociologia de Boaventura de Sousa Santos e as *epistemologias do Sul*.

3. SOCIEDADE DO CANSAÇO E A NECESSIDADE DE ALTERNATIVAS

Neste ponto, como justificativa à minha opção por Sousa Santos (2019), considero importante a seguinte citação realizada por Foucault, durante sua aula inaugural no Collège de France, em 1970:

não há nada de espantoso, visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

De encontro com a primeira função, segundo Han (2017), o avanço neoliberal proporcionou uma mudança *de sociedade*, fomos da sociedade da disciplina foucaultiana para a sociedade do cansaço. Esta última consiste na aparente liberdade do indivíduo pós-moderno

⁷ “A neutralidade é um dispositivo ideológico numa sociedade dividida em opressores e oprimidos. Numa sociedade assim, permanecer neutro equivale a estar do lado dos poderosos e dos opressores”. (SANTOS, 2019, p. 75).

⁸ Aqui me referindo à situação descrita por Ávila (2018a, p. 21-7) sobretudo na inferiorização de vidas humanas, o qual utiliza com frequência o termo *necropolítica* de Mbembe; e Grosfoguel (2010, p. 481-9) quanto à modernidade/colonialidade que implica uma divisão internacional do trabalho desigual e direciona as sociedades marcadas pela colonização no Sul global (a exceção da Austrália e Nova Zelândia) a posições de produtores de gêneros primários, que por sua vez se relaciona diretamente com a situação apontada por Ávila. Além da *sociedade do cansaço* que tratarei a seguir.

⁹ Congruente as considerações de Santos (2019, p. 66-7) em que o conhecimento deve ser orientado em conformidade com a potencialização da possibilidade de *transformação*. Diferente do passado histórico que, aparentemente, existe por si só, o passado prático é orientado por demandas contemporâneas que objetivam ações práticas.

que livre da sociedade da disciplina é o único senhor de si¹⁰. O excesso de positividade, o fim das reações imunológicas, a constante busca pelo desempenho e outros, constituem a agressão do neoliberalismo mais interiorizada ao indivíduo. O ponto de interesse histórico nesta questão toca o presentismo que permeia a sociedade do desempenho, *do cansaço*. Embora vivemos em tempos de “passados presentes” (HUYSSSEN, 2000, p. 9-41) o próprio agora, o presente, parece-me um tanto *amorfo*. Desconectado do passado que já foi e nada diz sobre o presente, pois o agora responde ao agora¹¹, e o futuro não é nada mais que o presente que ainda não aconteceu. A historiografia crítica¹², portanto, desempenha importante função em possibilitar o rompimento com o paradigma neoliberal, com a presentificação demasiada e com a crença, inerente à sociedade do cansaço, de que o presente responde tão somente ao presente. Contudo, a História não é a saída para os problemas, um “manual de instruções”, ou seja, evitar uma supervalorização, nestes termos, é importante¹³.

O discurso, como visto, é também objeto de desejo ao passo que está relacionado com o poder. A História e os discursos históricos não são mais monopólio dos historiadores tradicionais (CHARTIER, 2010)¹⁴, a disputa pelo poder de falar *por meio da História* é evidente - vê-se na ascensão de conteúdos apresentados como históricos, com labor na elaboração do passado, por exemplo o Brasil Paralelo ou a expansão de sites, blogs, canais de

¹⁰ Han argumenta que “em lugar da coação estranha, surge a autocoção, que se apresenta como liberdade. Essa evolução está estritamente ligada com as relações de produção capitalistas. A partir de certo nível de produção, a autoexploração é essencialmente mais eficiente, muito mais produtiva que a exploração estranha, visto que caminha de mãos dadas com o sentimento da liberdade. A sociedade de desempenho é uma sociedade de auto exploração”. (HAN, 2017, p. 101).

¹¹ “Este presentismo, nas análises de François Hartog e Manuel Cruz, impõe uma relação bastante paradoxal do presente com o passado: se, por um lado, vivemos imersos em uma ‘cultura de memória’ que faz do passado um imenso repositório de imagens, dados e fatos passíveis das mais diversas apropriações, por outro, esse mesmo passado se torna bastante opaco, quando não desprovido de qualquer sentido ou utilidade mais ampla para o presente”. (ÁVILA, 2018b, p. 41).

¹² “Uma teoria da história politicamente informada”, crítica, portanto, “poderia intervir, [...] de um lado, temos os relatos que conformam o mundo às novas razões neoliberais e neoconservadoras e que contribuem, exatamente por isso, com a continuidade de processos seculares de exclusão e dominação, dando-lhes a aparência de um ‘sentido comum’ ou de ‘naturalidade’, uma intervenção crítica pode operar a contrapelo e demonstrar como determinadas linguagens e enredamentos da realidade e da história, inclusive algumas daquelas empregadas pela própria historiografia disciplinada, estão comprometidas com a desumanização contínua de largos segmentos da população ou na naturalização de uma ordem de coisas que é tudo menos natural – instrumentos de exceção também”. (ÁVILA, 2018a, p. 31-2).

¹³ Para uma reflexão acerca da temporalidade e da história, nos dias de hoje, para além de questões metodológicas ou tão somente internas à historiografia, ver Ávila (2018c).

¹⁴ Embora para Chartier a história, ficção e memória sejam coisas que não se devem confundir, no seu ensaio busca delimitar “fronteiras” entre tais. Há certa aceção, um tanto eurocêntrica, que privilegia a historiografia tradicional em detrimento, como defendo aqui, de um projeto de uma nova historiografia.

youtube que se propõe desta maneira (MALERBA, 2014)¹⁵. Se o discurso histórico é objeto de disputas, uma vez que servem a fins distintos, seu véu de neutralidade e a égide da ciência se enfraquecem ou até mesmo não sustentam nenhuma pretensão científica.

Recorrendo a uma metáfora, neste sentido, talvez a História, assim como o Velho, tenham pescado um peixe que não conseguiram manter até a costa. A diferença entre o Velho e a História é que o primeiro aceitou o ocorrido, enquanto a História, em partes, ainda insista em vestir o traje da ciência remoendo o peixe que já não existe mais (HEMINGWAY, 1980).

Portanto, penso na necessidade de alternativas epistemológicas, em especial a associação da sociologia de Sousa Santos, em nenhum momento “neutra”, desenvolvida em sua obra com a História e o passado prático. A história por si só é ilusória. Teorizando para *praticizar*: a junção entre as epistemologias do Sul, o pensamento para além das linhas abissais, também as contribuições de Mignolo (2003)¹⁶ e Grosfoguel (2010), a historiografia crítica e o passado prático se destina à concepção de produção de conhecimento para transformação, não mais manutenção¹⁷, do *status quo*.

Santos (2019) considera que as lutas contra a opressão, a saber: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, quando desconexas, são ineficientes. A tríplice que constitui a opressão no Brasil contemporâneo está representada de modo claro (e didático?) na figura do presidente da República Jair Bolsonaro¹⁸. O capitalismo em sua forma atual desdobrado nas reformas propostas pela agenda econômica do governo, previdência e trabalhista; o colonialismo em um alinhamento com os Estados Unidos, gerando uma posição de passividade no contexto internacional em detrimento de uma diplomacia soberana e atuante, e

¹⁵ Neste sentido, Malerba aborda com foco nas produções históricas feitas por não historiadores que obtêm grande sucesso com o público em geral, atentando para o tipo de história “criada”, há muito tempo alvo de críticas na academia. Para aprofundamento sobre essa questão sugiro a leitura do artigo em questão de Malerba e do artigo de Fernando Nicolazzi (2018) ao tratar de historiadores profissionais que rumam da História acadêmica para realizar palestras sobre autoajuda, empreendedorismo e afins – inclusive, este ponto é marcante na *sociedade do cansaço*.

¹⁶ Sintomaticamente: “[...] pensar a partir da diferença colonial implica pensar a partir de um outro lugar, imaginar uma outra língua, argumentar a partir de uma outra lógica. Os pensadores canônicos, do cânone ocidental não mais podem oferecer um ponto de partida para a epistemologia exigida pela diferença colonial” (MIGNOLO, 2003, p. 422).

¹⁷ Nesta esteira, sem esgotar a complexidade de seu ensaio, Joan Scott (2011) demonstra o quão a historiografia tradicional se desenha como *manutenção*, em que a História das mulheres é um mero apêndice, um “suplemento” – além de com intuito de criar uma despolitização, em um primeiro momento, passa a ser tratada como estudos de gênero. Contudo, vê-se neste texto uma importante articulação entre política, historiografia e a interligação entre passado e presente – algo próximo das *epistemologias do Sul* e do passado prático.

¹⁸ Que constitui uma nítida ilustração daquilo que, já citado, Ávila (2018a) chama de “razão neoconservadora”.

que não obstante, reforça o papel do Brasil no cenário internacional da divisão do trabalho, muito próximo daquilo que em 1942 Caio Prado Júnior chamou de *sentido da colonização*¹⁹; o patriarcado por suas considerações, inúmeras, machistas e carregadas de misoginia²⁰. O caso brasileiro permite uma compreensão nítida da opressão colonial, capitalista e patriarcal.

4. PARA PENSAR ALTERNATIVAS E A DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Tendo em vista uma História não de manutenção do *status quo*, mas de transformação, a historiografia deve estar atenta, entre outros, aos conceitos de *ecologia dos saberes* e *tradução intercultural*. Por mais que a historiografia nestes tempos mais recentes tenha se dedicado à “história dos que não tem história”, contam essa “nova história” em seus termos, ao seu modo vertical²¹. Conforme Santos (2019, p. 28), *ecologia de saberes* é o “reconhecimento da copresença de diferentes saberes e a necessidade de estudar as afinidades, as divergências, as complementaridades e as contradições que existem entre eles, a fim de maximizar a eficácia das lutas de resistência contra a opressão”²². Deste modo, o conhecimento histórico, associado ao passado prático, contribui à transformação da (des)ordem social em que vivemos sem assumir uma postura extremamente vertical, a um tempo horizontal e preservando, se necessário, os traços acadêmicos. E, nesta esteira, o papel da historiografia crítica faz-se essencial, uma vez que permite pensar a partir da marca

¹⁹ Ver Caio Prado Júnior (2011, p. 13-33).

²⁰ Ver, sobre o patriarcado, Carole Pateman (1993, p. 38-66). Que, aliás, embora escrevendo para uma realidade outra (dos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália) recorre ao movimento que aqui proponho ser utilizado com maior intensidade: “Estou recuperando essa história a fim de iluminar a estrutura atual das [...] sociedades que [...]” (p. 19). Nota-se como esse movimento é, não nos termos explícitos de White, comum a estudos de outras naturezas das ciências sociais e, a um tempo, alheio a análise com maior rigor historiográfico.

²¹ Segundo Santos (2019, p. 66), em linhas gerais, trata-se de uma situação de *conhecimento-emancipação*, em que o indivíduo ou grupo são reconhecidos, apenas saem da exclusão. O que não significa destaque ou equivalência com outros atores.

²² Ademais, a *ecologia dos saberes* além de não inferiorizar formas distintas de conhecimento, pode ser, se melhor desenvolvida aos termos historiográficos, uma importante ferramenta para casos em que a historiografia tradicional é insuficiente, como esse: “em primeiro lugar, o esforço por instaurar um arquivo. Um arquivo é, sabemos-lo, indispensável para restituir os Negros à sua história, mas é uma tarefa especialmente complicada. Na realidade, tudo o que os Negros viveram como história não tem forçosamente de ter deixado vestígios; e, nos lugares onde foram produzidos, esses vestígios não foram preservados. Assim, impõe-se saber: na ausência de vestígios e de fontes com factos historiográficos, como se escreve a história? Rapidamente começou a criar-se a ideia de que a escrita da história dos Negros só pode ser feita com base em fragmentos, convocados para relatar uma experiência em si mesma fragmentada, a de um povo em pontilhado, lutando para se definir não como um compósito absurdo, mas como uma comunidade cujas manchas de sangue são visíveis em toda a modernidade” (MBEMBE, 2014, p. 59-60).

colonial (MIGNOLO, 2003) e buscar alternativas epistemológicas para imaginar novas realidades possíveis (SANTOS, 2010; GROSGOUEL, 2010). O modo como encaramos o passado é parte constituinte da nossa percepção do presente, assim podemos buscar alternativas à *sociedade do cansaço*, entendida aqui como ilustração da ordem neoliberal no cotidiano mais sensível, ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo.

Algo interessante neste sentido, que em certa medida se relaciona com a *ecologia de saberes* e a conseqüente *tradução intercultural*²³ é o que fez a escritora Gloria Anzaldúa, dialogando com diferentes saberes²⁴ e modos de ler a realidade²⁵. Outro exemplo válido, mas um pouco mais distante dos conceitos em questão, é o trabalho historiográfico das professoras Martha Abreu e Hebe Mattos (2014), conectando pesquisa acadêmica com demandas sociais, e, sobretudo, com uma aceção de passado e presente contínuos, ou seja, o passado não “coisificado” e o presente não imune a este passado – traço marcante do passado prático. Demonstrar conectividade entre passado e presente, de modo diferente do “passado presente”, constitui uma importante ferramenta contra a sociedade do cansaço e a presentificação demasiada, por exemplo. É dizer que o presente não é algo a-histórico, mas sim entender este como dentro de um período histórico, com seus determinantes, suas características. Paulo Freire (2011, 2018) ao se referir à necessidade do sujeito se compreender enquanto sujeito histórico, apela neste sentido para sua compreensão de sujeito-ativo que não está simplesmente no mundo (ou no presente), está com o mundo (ou com o presente) e, portanto, suas ações afetam diretamente esta realidade que não lhe é plenamente exterior ou sobrenatural. O passado prático, neste sentido, age de forma semelhante e tem papel fundamental em pensar a história e seu papel de influenciar o presente, de proporcionar imaginários sobre determinado evento, ou possibilitar um entendimento que leve a caminhos

²³ Sobre este conceito ver Santos (2019, p. 125).

²⁴ Certo modo configura aquilo que Santos (2019) chama de *Minga epistêmica - Sobre as metodologias não extrativistas*, p. 211-262.

²⁵ “Tomemos como exemplo disto a refiguração do passado do Sudoeste norte-americano efetuada pela escritora mexicano-americana Gloria Anzaldúa, em que forma e conteúdo são claramente indissociáveis um do outro. Em seu famoso trabalho sobre as borderlands entre o México e os Estados Unidos, a intelectual chicana, cuja escrita era movida por uma necessidade ética e política de dar voz aos hispano-americanos pobres, às mulheres mestiças, aos indígenas e àqueles cujas feridas históricas continuavam operando no presente, funde línguas, passando do inglês ao espanhol e do espanhol ao nahuatl no mesmo parágrafo; combina prosa e poesia, de modo que a segunda desestabilize a primeira; mistura temporalidades diversas, passando dos anos da brutalidade da Conquista espanhola à violência racista dos Texas Rangers do século XX numa única página, rompendo, assim, a linearidade do tempo histórico; ‘mescla fatos’ e ‘ficção’, sem demarcar uma fronteira nítida entre ambos; e medita poética e politicamente sobre o significado da história das borderlands não só para o seu país natal, mas para a própria modernidade”. (ÁVILA, 2018, p. 45-6).

antes não imaginados²⁶. Além disso, outro fator importante que poderá surgir de uma maior atenção dos historiadores ao passado prático é a partir da reflexão de Rufer, Catelli e de Oto (2018) analisar o que, substancialmente, consiste o *colonial* nos estudos decoloniais e pós-coloniais, tarefa esta que o historiador munido dos conceitos necessários, como o passado prático, pode vir a se aventurar.

Esses exemplos denotam que é possível uma historiografia que desempenhe um papel de preocupação com questões sociais, no sentido de transformar e não apenas “mostrar que existe”, aliadas com certas técnicas naturais à academia²⁷. A História, por meio do passado prático, poderia desempenhar um papel de mobilizar possíveis mudanças e permitir uma leitura crítica do presente. Importante não criar paralelismos entre conhecimento acadêmico e de interesse social, mas sim de pensar um meio em que seja possível sua co-existência²⁸; a produção do conhecimento histórico urge uma aproximação com demandas sociais que buscam igualdade, avanços sociais e, de modo genérico e abstrato, uma vida melhor para todos. Neste sentido, a historiografia quando nestes moldes, como já repetidamente mencionado, pode iluminar possíveis transformações. No entanto, para além do passado prático, uma descolonização do conhecimento historiográfico é fundamental. Que será discutido apenas brevemente, em seguida, haja visto as reflexões que procurei me restringir.

Neste ponto deve-se questionar: qual a importância, dentro do objetivo do presente ensaio, de descolonizar o conhecimento? A resposta apreende a seguinte questão: o passado

²⁶ “De um simples ‘instrumento de classificação’, geralmente utilizado inconsequentemente, passa-se a uma noção performativa do tempo histórico, ou seja, para as maneiras como atores sociais específicos manipulam, ordenam, organizam, flexionam, apagam, definem e usam as linhas temporais. Em outras palavras, somos participantes ativos e ativas na construção de determinadas noções de tempo histórico, historiadores e historiadores inclusos, e não somente observadores passivos de sua passagem. Nomear determinada situação, evento ou processo como pretérita, por exemplo, significa intervir diretamente na sua representação e compreensão; afirmar que, por exemplo, a ‘escravidão não acabou’ ou que o ‘colonialismo é coisa do passado’ é dar a estes acontecimentos um lugar específico na nossa imaginação pública e nas respostas que fornecemos aos problemas de nossos presentes”. (ÁVILA, 2018a, p. 33).

²⁷ Contudo, a inclusão multicultural ou valorização plural de outras culturas é um tanto perigosa como demonstra Rufer (2010, p. 26), na medida em que “a lógica de representação ‘multicultural’ da história nacional, segue reproduzindo a diferença (e a distância) entre história e cultura”. Estes exercícios, conforme Rufer, não significam uma percepção histórica distinta da hegemônica, naturalmente excludente, mas sim uma inclusão, um reconhecimento de outras culturas, ao interior da concepção, neste caso, do tempo político gestado a partir dos Estados-nações. Outro ponto interessante, porém apenas mencionarei, é notar a evidência da opressão abissal e não-abissal relacionada com a história, nos casos tratados por Rufer (2010), dos xhosa na África do Sul e dos nativos na Argentina, uma vez que “o sofrimento abissal é sofrimento sem importância sociopolítica, sofrimento infligido a povos e sociabilidades que habitam o outro lado da linha” (SANTOS, 2019, p. 146-7).

²⁸ O conhecimento social e o acadêmico não estavam desconectados. A diferença é a quem o social diz respeito, se antes estava conectado com interesses de *manutenção* agora, proponho, de *transformação*.

prático para ser realmente válido não pode ser utilizado no Brasil a partir da perspectiva da história do Brasil criada sem considerar a marca colonial abordada por Mignolo (2003), isto é, de modelos eurocêntricos e que distorcem este passado, analisado sob conceitos e a ótica do colonizador (PIZA e PANSARELLI, 2012). Neste ponto, procuro contribuir para além do historiador Arthur Ávila que não contempla tal questão. Embora o objetivo geral seja apontar que uma visão crítica do passado possa contribuir para uma virada historiográfica, no sentido de importância para questões do presente. A ressalva, portanto, que no caso brasileiro – e em diferentes contextos específicos - deve ser feita: situar a produção de conhecimento em dada realidade e, assim, buscar alternativas epistêmicas (DE OTO, 2018).

Com efeito, situando em um contexto prático, a mirada ao passado de forma descolonizada (permitindo novas epistemologias e modos de ver o mundo, alheias à racionalidade fria europeia) pode proporcionar instrumentos próprios para contato com os problemas da realidade. A Constituição Boliviana, por exemplo, recupera conceitos de povos originários do território e, portanto, encontra em um movimento unido de “passado prático” (pois busca em conceitos antigos, ainda que presentes, soluções para a contemporaneidade; nota-se um passado que ainda se faz presente). E, também, como ponto que mencionei ao longo do texto, de forma descolonizada, uma vez que estes conceitos fogem da racionalidade fria europeia, enquadra-se em uma realidade particularmente boliviana - é dizer, da Bolívia para a Bolívia.²⁹ É neste sentido que ressalto que o passado prático, aplicado a nossa realidade, seja ela brasileira ou latino-americana, contemple o pensamento decolonial, a ecologia de saberes, o pensamento crítico de fronteira. Em suma, a união entre o passado prático e o pensamento descolonizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, ainda que talvez de modo incompleto e embrionário³⁰, procuro apontar que o passado pode ser útil ao presente, sobretudo para a transformação deste presente, a partir de uma historiografia crítica que se preocupe com a história de forma que não se limite em “criar” um passado que nada diz ao presente e se esgota em si mesmo; mas sim em sua

²⁹ Este caso encontra-se brilhantemente explicitado em Santos (2019, p. 331-348).

³⁰ Faz-se necessário destacar a dificuldade de pensar a teoria da história nestes termos, “talvez pensar e refletir sobre teoria da história nas atuais condições seja, enfim, um esforço colossal, por um lado, ou menos urgente, por outro, diante das vitórias, aparentemente hoje incessantes, dos mesmos inimigos sobre os quais Benjamin já nos alertara há sete décadas”. (ÁVILA, 2018a, p. 34).

apreensão útil para um processo interpretativo. Talvez este movimento fique muito bem ilustrado na já citada obra de Caio Prado Júnior, que decerto não nestes termos, pode ilustrar este movimento de apreensão do passado como chave interpretativa do presente (RICUPERO, 2011). Ademais, o cenário intelectual brasileiro não oferece, hoje, grandes e variados referenciais sobre o Brasil a partir de uma perspectiva descolonizada, como já afirmava Ballestrin (2013) os pesquisadores brasileiros não estavam presentes nas correntes de pensamento decoloniais ou pós-coloniais, o que, indubitavelmente, gera algumas dificuldades neste sentido³¹.

E, de modo secundário, a necessidade desse movimento acompanhar um pensamento que reconheça a marca colonial, assinalada por Mignolo (2003), e produzir formas de ver, se relacionar, interpretar o tempo presente de forma rica, isto é, múltipla e que escape da razão fria eurocêntrica. Com contribuições e aportes que sob o filtro único da racionalidade da ciência “ocidentalocêntrica”, nos termos de Boaventura Santos, seriam relegados ao esquecimento e a inferiorização.

Por fim, o papel da História no Brasil contemporâneo, em larga medida, é de *manutenção* e não *transformação*, o que implica, portanto, a perpetuidade de situações deploráveis, como o descaso histórico a minorias e o tácito acordo com a (des)ordem social em que vivemos. O papel de mobilização, pois, deve ser pensado de forma mais intensa, combinando os dois caminhos que abordei aqui, os subsídios para um passado prático decolonial. Como disse George Orwell ao tratar da linguagem política:

Aldeias indefesas são bombardeadas por aviões, os habitantes são expulsos para o campo, o gado é metralhado, as cabanas incendiadas por bombas incendiárias: isso se chama pacificação. Milhões de camponeses têm suas fazendas roubadas e são mandadas para a estrada com não mais do que aquilo que podem carregar consigo: isso se chama transferência da população ou retificação de fronteiras. (ORWELL, 2011, p. 153-154)

A História não pode mais contribuir, ao seu modo, para tais *acontecimentos*. Para tanto, o diálogo com a obra, sobretudo, de Santos (2019) e dos demais autores aqui citados, constitui uma interessante possibilidade de proporcionar uma historiografia de *transformação* e não mais *manutenção*. Um passado que possa fornecer “alternativas às alternativas” para um novo presente.

³¹ Para aprofundar essa questão, ver: Santos e Schor (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Arthur Lima de. **(Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente.** *Artcultura*, v. 20, n. 37, p. 21 - 35, 12 dez. 2018a. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47236>>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica.** *Revista maracanan*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 35-49, dez. 2018b. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31185>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

_____. **O fim da história e o fardo da temporalidade.** *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 243-266, 29 nov. 2018c. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018243>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos.** In: *Café História – história feita com cliques.* Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso em: 04 mai. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2019.

CAMPOS, Deivison. **Práxis teórica e práxis metodológica: a complexidade da oralidade na pesquisa dos Movimentos Negros.** In: BARROSO, V; ÁVILA, E; BOROWSKI, L. (Orgs). *História Oral: Democracia, Direitos e Diversidade.* 1ed. Porto Alegre: ISCMPA, 2018. p. 45-58.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo.** Trad.: Cristina Antunes. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 77 p.

DE OTO, Alejandro. **La analogía colonial.** *Tabula Rasa*, Colômbia, Bogotá, n. 29, p.19-36, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39657713002>>. Acesso em: 23 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 189 p.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 65 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 253 p.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** In:

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010. 637 p. pt. 3, cap 13, p. 455-492.

HAN, Byung-chul. **Sociedade do cansaço**. 2º ed. ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017. 128 p.

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar**. São Paulo: Círculo do livro, 1980. 117 p.

HUYSSSEN, Andreas. **Passados presentes: mídia, política, amnésia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

ORWELL, George. **A política e a língua inglesa**. In: SUZUKI JR., Matias (org.). *Como morrem os pobres e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 142-161.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010. cap. 11, p. 396-444.

MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History**. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 7, n. 15, 2014. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MATTOS, Hebe et al. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p.255-273, dez. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/42542>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MBEMBE, Achille. **O sujeito racial**. In.: *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. **Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear**. *Revista Maracanan*, [s.l.], n. 18, p.18-34, 16 jan. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31121>. Acesso em: 22 set. 2019.

PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIZA, Suze de Oliveira; PANSARELLI, Daniel. **Sobre a descolonização do conhecimento: a invenção de outras epistemologias**. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 26, n. 43, 25-35, 2012. Disponível em: <www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/3366>. Acesso em: 23 set. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUÍJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*: Cortez Editora, 2010. cap. 2, p. 84-131.

RICUPERO, Benardo. **Posfácio: História e política**. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 447 p. p. 419-431.

RUFER, Mario. **La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales**. *Memória social*, v. 14, n. 28, 2010. Disponível em: <<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoysociedad/article/view/8247>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____; CATELLI, Laura; OTO, Alejandro de. **Introducción: pensar lo colonial**. *Tabula Rasa*, Colômbia, Bogotá, n. 29, p.11-18, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39657713001>>. Acesso em: 23 set. 2019.

RÜSEN, Jörn. **Narração histórica: fundações, tipos, razão**. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e Narrativa – a ciência e arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010. cap. 1, p. 31-84.

SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. **Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 701-726, Aug. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/2041/showToc>>. Acesso em: 23 set. 2019.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 63-97.

WHITE, Hayden. **O passado prático**. *Artcultura*, [s.l.], v. 20, n. 37, p.9-19, 12 dez. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47235>>. Acesso em: 23 set. 2019.